

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. ("Companhia") é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas ("CTNM"), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. ("SI"), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A., anteriormente denominada AMMO Varejo Ltda., ("AMMO"), que é uma controlada indireta da Companhia.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 28 às demonstrações contábeis intermediárias, em 15 de março de 2019, foi concluída operação de venda dos ativos operacionais da controlada norte-americana SGUS. A partir daquela data, a controlada SGUS passou a deter participação na Keeco, LLC, que combinou as operações das duas companhias. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS disponibilizou para venda essa participação. A expectativa é de conclusão da venda no 1º trimestre de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de novembro de 2021.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

## 2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

## 2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

### i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia

desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

#### iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

#### iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os

ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”.

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

### 2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM em 2020/2021 e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável. A Companhia está operando normalmente desde meados de setembro de 2020, e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos ou em sua rentabilidade para o próximo período.

### 2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A., da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Companhia Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%,

foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2021	2020	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	5,1967	-
30 de setembro	5,4394	5,6407	(3,6%)
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	5,2348	5,4384	(3,7%)
30 de setembro (9 meses)	5,3384	5,1791	3,1%

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Operações compromissadas (*)	41	68	124.464	122.947
Cambiais no exterior	-	-	-	62
Depósitos no exterior	-	-	44.417	38.956
Depósitos em contas correntes	52	264	10.780	6.828
	-----	-----	-----	-----
	93	332	179.661	168.793
	=====	=====	=====	=====

(\*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.



#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos no exterior	20.399	15.792
Depósito restrito (1) (2)	66.364	2.190
Fundo de reserva (2)	5.880	-
	-----	-----
	92.643	17.982
Circulante	(85.051)	(16.311)
	-----	-----
Não circulante	7.592	1.671
	=====	=====

(1) Em 30 de setembro de 2021, a controladora possuía R\$1.712 de depósitos restritos em instituições financeiras (R\$1.671 em 31 de dezembro de 2020), e a controlada SGUS possuía R\$545, equivalente a US\$100 mil (US\$100 mil em 31 de dezembro de 2020) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Inclui valores referentes a 5ª emissão de debêntures da controlada CSA., sendo: (i) R\$64 milhões vinculados à determinadas condições precedentes com liberação prevista para até o final do exercício, e (ii) R\$5.880 referente a fundo de reserva equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações contábeis intermediárias.

#### 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Clientes no mercado interno	424.525	488.445
Clientes no mercado externo	55.883	27.704
Operadoras de cartão de crédito	3.943	12.847
Partes relacionadas – mercado interno	7.114	4.182
Partes relacionadas – mercado externo	3.783	2.918
	-----	-----
	495.248	536.096
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(27.094)	(27.010)
	-----	-----
	468.154	509.086
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 77 dias (98 dias em 31 de dezembro de 2020). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o período findo em 30 de setembro de 2021.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	30.09.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	(27.010)	(25.872)
Adições	-	(597)
Variação cambial	(84)	(541)
	-----	-----
Saldo no final do período	(27.094)	(27.010)
	=====	=====

## 6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

### a. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Matérias-primas e secundários	73.025	84.629
Produtos em elaboração	128.145	129.705
Produtos acabados	246.635	151.320
Peças de reposição	38.984	38.015
	-----	-----
	486.789	403.669
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 30 de setembro de 2021, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade (inclusive as perdas em função do COVID-19), quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão é como segue:

	31.12.2020	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2021
Matérias-primas e secundários	(2.251)	(618)	282	(2.587)
Produtos acabados	(23)	8	2	(13)
Peças de reposição	(885)	-	-	(885)
	-----	-----	-----	-----
	(3.159)	(610)	284	(3.485)
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2019	(Adições) Baixas	Varição cambial	30.09.2020
Matérias-primas e secundários	(1.667)	(769)	(174)	(2.610)
Produtos em elaboração	(102)	107	(5)	-
Produtos acabados	(3)	(22)	(1)	(26)
Peças de reposição	(1.171)	-	-	(1.171)
	-----	-----	-----	-----
	(2.943)	(684)	(180)	(3.807)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
2021	36.257	11.575
2022	25.698	24.269
2023	25.201	17.785
	-----	-----
	87.156	53.629
Circulante	(36.257)	(11.575)
	-----	-----
Não circulante	50.899	42.054
	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	11.389	11.389
Clientes em recuperação judicial (b)	1.492	1.469
Parcelamento de créditos com clientes (c)	3.859	4.301
Financiamento no repasse de lojas (d)	1.432	3.208
Venda de imóveis (e)	12.254	16.165
Outros	1.568	914
	-----	-----
	31.994	37.446
Circulante (*)	(13.859)	(12.275)
	-----	-----
Não circulante	18.135	25.171
	=====	=====

(\*) Incluída na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante.

(a) A Lojas Leader S.A. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no dia 3 de março de 2020, o qual teve o processamento deferido em 6 de março de 2020. A Leader reconheceu a totalidade dos créditos com a controlada CSA. A administração da controlada CSA aguarda a homologação da RJ e acredita na recuperação da totalidade dos créditos.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 3% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$2.127.

(c) Pagamento em até 38 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97% ao mês.

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 28 parcelas mensais com juros de 0,5% a 0,7% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2021, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

## 8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

### a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio Líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020
SGUS (*)	388.310	100,0	(14.817)	388.310	385.394	(14.817)	(74.633)
CSA	677.685	100,0	(82.533)	677.685	760.651	(82.533)	(168.941)
				1.065.995	1.146.045	(97.350)	(243.574)

(\*) O resultado do período de nove meses de 2020 não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$54.234. Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações contábeis intermediárias.

### b) Investimentos indiretos:

#### Investimentos da SGUS

A controlada SGUS possui 14,27% da Keeco Holdings, LLC, que combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings, LLC é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, utility bedding, e decorative bedding, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica “Ativos mantidos para venda”. A expectativa é de conclusão da venda no 1º trimestre de 2022.

O resultado de equivalência patrimonial deste investimento juntamente com a provisão para possíveis perdas na realização do ágio pago no período de nove meses de 2020 foram reclassificados para a rubrica “Resultado proveniente das operações descontinuadas de controlada”. Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações contábeis intermediárias.

## Investimentos da CSA

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resul- tado do período	Total dos investimentos		Resultado de equiva- lência patrimonial	
				30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A.	97.202	100,0	18.802	97.202	62.850	18.802	(3.241)
LAT Capital Ltd.	13.613	100,0	(199)	13.613	13.175	(199)	1.274
C7S Tecnologia Ltda. (1)	-	-	-	-	24.734	(1.346)	(1.398)
AMMO VAREJO S.A. (2)	68.718	100,0	(43.354)	96.021	139.375	(43.354)	(43.394)
Compañía Textil Guaraní S.R.L. (3)	4.179	100,0	(1.826)	4.179	4.449	(1.826)	(2.162)
				-----	-----	-----	-----
				211.015	244.583	(27.923)	(48.921)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 21 de junho de 2021, a CSA vendeu para sua controlada AMMO a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. ("C7S") por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388, via mútuo. A C7S passou a ser uma controlada indireta da CSA.

(2) O saldo de investimento inclui ágio da aquisição do investimento, no valor de R\$27.303, para fins de apresentação nas demonstrações da CSA Controladora, e classificados na rubrica "Intangível" no balanço consolidado da Companhia.

(3) Em 2021 a controlada CSA subscreveu e integralizou capital na controlada indireta no valor de R\$1.327.

### c) Movimentação dos investimentos de controladas e coligada:

	31.12.2020	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	30.09.2021
<u>Controladas</u>					
SGUS	385.394	(14.817)	17.711	22	388.310
CSA	760.651	(82.533)	(433)	-	677.685
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.146.045	(97.350)	17.278	22	1.065.995
	=====	=====	=====	=====	=====

  

	31.12.2019	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	Alocação do ágio (2)	30.09.2020
<u>Controladas</u>						
SGUS	422.901	(128.867)	157.334	133	-	451.501
CSA	997.676	(168.941)	(103.459)	-	-	725.276
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	1.420.577	(297.808)	53.875	133	-	1.176.777
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
<u>Coligada</u>						
Keeco Holdings, LLC	137.946	(11.298)	13.491	-	(101.985)	38.154
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Ágio alocado no valor equivalente a US\$25.302 mil. Vide nota explicativa nº 12.2 às demonstrações contábeis intermediárias.

## 9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização Montes Claros (3)	Total
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	306.236	45.034	53.776	405.046
Adições	479	-	-	479
Saldos em 30 de setembro de 2021	306.715	45.034	53.776	405.525
	=====	=====	=====	=====

  

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização Montes Claros (3)	Total
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	301.550	44.974	60.240	406.764
Adições	661	-	-	661
Baixa (custo)	-	-	(11.842)	(11.842)
Baixa (variação do valor justo)	-	-	3.942	3.942
Saldos em 30 de setembro de 2020	302.211	44.974	52.340	399.525
	=====	=====	=====	=====

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m<sup>2</sup>, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m<sup>2</sup> já foram desenvolvidos e arrendados. No período de nove meses de 2021, os valores de receita por arrendamento foram de R\$8.402 (R\$6.452 no mesmo período de 2020).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da controlada CSA, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	111.041	110.562
Mais valia apurada (a)	195.674	195.674
	-----	-----
Valor justo (b)	306.715	306.236
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$66.529 (R\$66.529 em 31 de dezembro de 2020). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	93	93
Mais valia apurada (a)	44.941	44.941
	-----	-----
Valor justo (b)	45.034	45.034
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.280 (R\$15.280 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	30.09.2021	31.12.2020
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	30.304	30.304
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	4.240	4.240
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m²)	4.752	4.752
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	14.480	14.480
	-----	-----
Total	53.776	53.776
	=====	=====
Custo residual dos imóveis	39.860	39.860
Mais valia apurada (a)	13.916	13.916
	-----	-----
Valor justo (b)	53.776	53.776
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$4.731 (R\$4.731 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

## 10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

### a. Imobilizado

		30.09.2021		31.12.2020	
	Taxa % (*)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	3,2	51.692	(23.047)	28.645	26.356
Edifícios	2,4	358.038	(168.379)	189.659	187.549
Instalações	5,6	224.963	(165.336)	59.627	47.687
Máquinas e equipamentos	6,7	1.179.638	(922.865)	256.773	259.418
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	38.066	(21.971)	16.095	16.772
Móveis, utensílios e outros	8,7	125.012	(107.059)	17.953	28.344
Obras em andamento	-	34.332	-	34.332	69.287
		-----	-----	-----	-----
		2.011.741	(1.408.657)	603.084	635.413
		=====	=====	=====	=====

(\*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(\*\*) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, inclusive com os impactos do COVID-19, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.



A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em anda- mento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.356	187.549	47.687	259.418	16.772	28.344	69.287	635.413
Adições	1.309	141	251	8.967	400	5.506	11.681	28.255
Baixas líquidas	(12)	(1)	(358)	(4.541)	-	(3.223)	(448)	(8.583)
Transferências								
- Imobilizado	175	5.637	17.147	23.237	-	947	(47.143)	-
- Bens recebidos em comodato	-	-	-	-	-	(8.476)	-	(8.476)
- Imobilizado disponível para venda	-	-	(15)	(242)	-	-	-	(257)
Variação cambial	2.120	2.484	632	1.503	-	(146)	955	7.548
Depreciação do período	(1.303)	(6.151)	(5.717)	(31.569)	(1.077)	(4.999)	-	(50.816)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	28.645	189.659	59.627	256.773	16.095	17.953	34.332	603.084
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.133	192.423	48.446	245.869	18.208	20.411	67.978	618.468
Adições	574	22	768	25.691	-	1.472	20.813	49.340
Baixas líquidas	(205)	(6)	(274)	(717)	-	(181)	(601)	(1.984)
Transferências								
- Imobilizado	-	178	1.405	20.702	-	437	(22.722)	-
- Bens em comodato	-	-	-	-	-	9.667	-	9.667
Variação cambial	2.641	3.199	1.179	3.251	-	131	1.756	12.157
Depreciação do período	(1.254)	(6.154)	(5.437)	(29.789)	(1.076)	(4.581)	-	(48.291)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2020	26.889	189.662	46.087	265.007	17.132	27.356	67.224	639.357
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 30 de setembro de 2021, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2020).

#### b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2020	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferência do imobilizado	30.09.2021
Custo	453.232	-	(3.724)	20.255	2.158	471.921
Depreciação	(388.593)	(351)	3.672	(17.551)	(1.901)	(404.724)
Provisão para perda	(47.914)	-	-	(2.023)	-	(49.937)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	16.725	(351)	(52)	681	257	17.260
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	31.12.2019	Adições	Baixas	Variação cambial	30.09.2020
Custo	396.489	652	(53.829)	134.275	477.587
Depreciação	(334.561)	(377)	40.055	(116.263)	(411.146)
Provisão para perda	(37.507)	-	1.264	(13.421)	(49.664)
	-----	-----	-----	-----	-----
	24.421	275	(12.510)	4.591	16.777
	=====	=====	=====	=====	=====

#### 11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		30.09.2021			31.12.2020
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e AMMO – uso próprio)	44,1	14.114	(8.575)	5.539	7.772
Imóvel – fábrica (Guarani – uso próprio)	11,7	11.160	(2.275)	8.885	9.419
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	48.284	(11.065)	37.219	38.442
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,7	105.747	(41.427)	64.320	56.091
Veículos	38,8	1.881	(1.550)	331	273
Propriedades para investimentos (1)		93.042	-	93.042	92.644
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		274.228	(64.892)	209.336	204.641
Arrendamentos financeiros a receber (1)		113.457	-	113.457	112.889
		-----	-----	-----	-----
		387.685	(64.892)	322.793	317.530
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóvel - fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.772	9.419	38.442	56.091	273	92.644	112.889	317.530
Variação cambial	-	430	1.739	-	-	4.252	5.183	11.604
Adições (1)	-	-	-	24.101	524	-	-	24.625
Baixas (2)	-	-	-	(1.344)	-	-	-	(1.344)
Amortização do período	(2.233)	(964)	(2.962)	(14.528)	(466)	-	-	(21.153)
Encargos	-	-	-	-	-	7.359	8.548	15.907
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(11.213)	(13.163)	(24.376)
Saldo em 30 de setembro de 2021	5.539	8.885	37.219	64.320	331	93.042	113.457	322.793
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Imóveis	Imóvel - fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.895	-	32.798	42.836	566	71.168	91.719	249.982
Variação cambial	-	2.771	12.845	-	-	28.560	36.290	80.466
Adições (1)	8	8.749	-	12.987	94	-	-	21.838
Baixas (2)	-	-	-	(3.267)	-	-	-	(3.267)
Amortização do período	(2.375)	(972)	(2.873)	(12.470)	(306)	-	-	(18.996)
Encargos	-	-	-	-	-	7.248	8.706	15.954
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(6.442)	(12.641)	(19.083)
Saldo em 30 de setembro de 2020	8.528	10.548	42.770	40.086	354	100.534	124.074	326.894
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	30.09.2021	31.12.2020
2021	4.512	17.124
2022	18.119	17.310
2023	18.326	17.508
2024 em diante	134.878	128.860
	-----	-----
	175.835	180.802
Ajuste a valor presente	(62.378)	(67.913)
	-----	-----
	113.457	112.889
Circulante	(17.128)	(16.230)
	-----	-----
Não circulante	96.329	96.659
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 30 de setembro de 2021, a controlada SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

## 12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (3)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (4)	10.842	9.559
Propriedade intelectual (5)	15.230	18.933
Pontos comerciais (luvas) (6)	25.077	25.077
	-----	-----
Total	94.719	97.139
	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (3)	Marcas - licença de uso (4)	Propriedade intelectual (5)	Pontos comerciais (6)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.303	16.267	9.559	18.933	25.077	97.139
Amortização	-	-	(756)	(3.703)	-	(4.459)
Variação cambial	-	-	2.039	-	-	2.039
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	27.303	16.267	10.842	15.230	25.077	94.719
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Ágio na aquisição da Keeco (2)	Marcas - próprias (3)	Marcas - licença de uso (4)	Propriedade intelectual (5)	Pontos comerciais (6)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.303	-	16.267	8.388	15.387	25.357	92.702
Transferências (alocação do ágio)	-	101.985	-	-	-	-	101.985
Adições	-	-	-	-	2.644	-	2.644
Baixas	-	-	-	-	-	(2.370)	(2.370)
Amortização	-	-	-	(687)	(2.643)	-	(3.330)
Variação cambial	-	37.084	-	2.832	-	-	39.916
Ajuste da provisão para perdas com ativos (2)	-	(42.936)	-	-	-	-	(42.936)
Saldo em 30 de setembro de 2020	27.303	96.133	16.267	10.533	15.388	22.987	188.611

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO VAREJO S.A.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2020 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, inclusive com os impactos do COVID-19, a controlada CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado.

(2) Ágio na aquisição da Keeco: Ágio decorrente de investimento na Keeco Holdings, LLC.

Em 15 de março de 2019, a controlada SGUS passou a deter participação na Keeco Holdings, LLC, que combinou suas operações com as operações adquiridas da SGUS naquela data.

No primeiro trimestre de 2020, o investimento na coligada Keeco foi fortemente afetado pela pandemia do COVID-19 e, dado às novas projeções de resultados recebidas pela Companhia, foi necessário fazer provisão para perda no valor de R\$42.936 ou US\$8.259.

No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS disponibilizou para venda o investimento na Keeco. Os valores do investimento e do ágio foram reclassificados para a rubrica "Ativos mantidos para venda" e, o resultado da provisão para perda foi classificado como operações descontinuadas.

(3) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(4) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca "Santista" na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(5) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(6) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2020), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

Os itens de (3) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual		Consolidado	
	Moeda	de juros - %	Vencimento	30.09.2021	31.12.2020
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	130,0 a 294,0 do CDI	2023	350.221	382.011
Banco do Brasil S.A. – CDC	R\$	7,3 a 12,5	2022	57.004	55.657
Banco BBM S.A. – CCB	R\$	149,0 do CDI e 7,0 + CDI	2024	12.682	24.481
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	R\$	4,9 + CDI	2024	31.339	36.320
Banco Bradesco S.A.(b)	R\$	6,1 + CDI	2024	15.456	17.543
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	24	35
Banco Daycoval S.A.	R\$	5,2 a 9,0 + CDI	2024	46.661	47.030
Banco Santander S.A. (c)	R\$	3,5 e 4,7 + CDI	2021	11.601	55.228
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	78.436	54.054
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	7,5 + CDI	2022	11.721	20.075
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 + CDI	2024	20.167	20.131
Caixa Econômica Federal - CCB (*) (d)	R\$	180,0 do CDI	2023	12.892	18.971
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 e 8,7 + CDI	2022	12.979	11.926
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	6,8 e 7,7 + CDI	2022	15.868	1.255
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	R\$	3,9 e 4,0 + CDI	2024	40.028	10.003
Banco BTG Pactual S.A. (e)	R\$	12,5 e 13,9	2023	32.982	36.885
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (*)	R\$	4,4	2025	19.116	19.101
Outros	R\$	-	2021	5.901	7.864
				775.078	818.570
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2022	8.137	1.194
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	9,5	2021	5.415	10.019
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0 e 5,1	2021	40.161	37.859
Banco Pine S.A.	US\$	9,5	2021	-	10.471
				53.713	59.543
Total				828.791	878.113
Circulante				(505.886)	(522.536)
Não circulante				322.905	355.577

(\*) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$32.008 (R\$38.072 em 31 de dezembro de 2020).

(a) Empréstimo da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos da controlada CSA, com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada CSA, comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras anuais a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes.

(c) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(d) Empréstimo da controladora, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(e) Empréstimo da controlada CSA, com cláusulas de vencimento antecipado, onde a controlada CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a) a (e) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2022			2023	2024 e 2025	Total
	2021	Curto prazo	Longo prazo			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	67.323	64.888	54.534	163.476	-	350.221
Banco do Brasil S.A. – CDC	15.606	41.398	-	-	-	57.004
Banco BBM S.A. – CCB	2.960	2.500	833	3.333	3.056	12.682
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	3.175	9.053	3.018	12.070	4.023	31.339
Banco Bradesco S.A.	3.115	2.468	2.469	4.936	2.468	15.456
BNDES (Finame)	3	11	4	6	-	24
Banco Daycoval S.A.	6.375	19.284	5.265	14.626	1.111	46.661
Banco Santander S.A.	11.601	-	-	-	-	11.601
Banco Safra S.A. – CCB	70.579	1.905	714	2.857	2.381	78.436
Banco Fibra S.A. – CCE	5.054	6.667	-	-	-	11.721
Banco Sofisa S.A.	445	12.500	833	3.333	3.056	20.167
Caixa Econômica Federal – CCB	2.059	6.093	2.032	2.708	-	12.892
Banco Pine S.A.	5.601	6.578	800	-	-	12.979
Banco Industrial do Brasil S.A.	6.323	9.545	-	-	-	15.868
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	30.361	3.000	1.000	4.000	1.667	40.028
Banco BTG Pactual S.A.	7.750	18.042	5.392	1.798	-	32.982
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	432	3.578	1.193	4.771	9.142	19.116
Outros	5.901	-	-	-	-	5.901
	244.663	207.510	78.087	217.914	26.904	775.078
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	-	8.137	-	-	-	8.137
Banco Luso Brasileiro S.A.	5.415	-	-	-	-	5.415
Banco do Brasil S.A.	40.161	-	-	-	-	40.161
	45.576	8.137	-	-	-	53.713
Total	290.239	215.647	78.087	217.914	26.904	828.791

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	30.09.2021			30.09.2020
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	878.113	91.085	969.198	1.042.035
Novas captações ou renovações	205.288	160.000	365.288	363.443
Juros provisionados	50.135	8.828	58.963	52.909
Amortização de principal	(261.035)	(90.167)	(351.202)	(517.503)
Pagamento de juros	(47.409)	(9.197)	(56.606)	(51.096)
Variação cambial	2.588	-	2.588	47.719
Encargos antecipados, líquidos	1.111	(2.483)	(1.372)	4.354
Saldo no final do período	828.791	158.066	986.857	941.861



#### 14. DEBÊNTURES

a) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas e modificadas em 14 de maio de 2020.

<u>Características da 4ª série de Debêntures</u>	<u>Fevereiro/2018</u>	<u>Maio/2020</u>
Quantidade de debêntures emitidas	150.000	87.500
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais	1 parcela
Vencimento inicial	19/05/2018	-
Vencimento final	19/02/2021	19/02/2021 (*)
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.	100% do CDI + 4,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais	1 parcela em 19/02/2021

(\*) Vencimento prorrogado para 19/08/2021. Em 5 de agosto de 2021, as debêntures foram liquidadas, com os recursos obtidos decorrentes da 5ª emissão de debêntures.

b) Em 26 de julho de 2021 a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversível em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização ("Virgo"). As características das debêntures são as seguintes:

##### Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração (3)	IPCA + 8%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem

parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,70 vezes em 2021, 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da Springs Global U.S.) de no mínimo 1,2 vezes.

(3) Previsão de “step down” do spread de juros de 8% a.a. para 7,5% a.a. caso verificado por dois semestres consecutivos que a razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes.

Os saldos das debêntures, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, eram assim compostos:

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Valor original	157.333	87.500
Encargos antecipados	(2.615)	(132)
Juros provisionados	3.348	3.717
	-----	-----
Total das debêntures	158.066	91.085
Circulante	(16.562)	(91.085)
	-----	-----
Não circulante	141.504	-
	=====	=====

## 15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Mercado interno	220.616	181.301
Mercado externo	24.998	24.796
Partes relacionadas	1.390	-
	-----	-----
	247.004	206.097
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 84 dias (75 dias em 31 de dezembro de 2020).

## 16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997  
Prazo de concessão: 35 anos  
Valor total da concessão: R\$333.310  
Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.222	978.074	1.592.856
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Saldo inicial	80.868	65.983
Apropriação das parcelas da outorga	4.251	3.244
Pagamentos	(18.445)	(16.561)
Juros (7,5% a.a.)	18.758	13.377
Variação monetária (IGP-M)	8.602	6.823
	-----	-----
	94.034	72.866
Circulante	(31.309)	(24.199)
	-----	-----
Não circulante	62.725	48.667
	=====	=====

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2021, somam R\$16.095 (R\$16.772 em 31 de dezembro de 2020) (vide nota explicativa nº10 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

#### 17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020
Imóveis	2024	6.242	8.471
Imóvel – fábrica	2028	9.541	9.877
SGUS (*)	2030	267.332	266.286
Imóveis – lojas	2027	68.174	60.833
Veículos	2023	345	287
		-----	-----
		351.634	345.754
Circulante		(69.000)	(64.447)
		-----	-----
Não circulante		282.634	281.307
		=====	=====

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos

direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

		2022			2024 a	
	2021	Curto prazo	Longo prazo	2023	2030	Total
Imóveis	916	2.750	916	2.174	70	6.826
Imóvel – fábrica	473	1.418	473	1.891	8.665	12.920
SGUS (*)	10.858	33.405	10.947	43.887	317.332	416.429
Imóveis – lojas	6.015	16.448	5.261	20.283	33.839	81.846
Veículos	121	224	17	-	-	362
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	18.383	54.245	17.614	68.235	359.906	518.383
Ajuste a valor presente	(232)	(3.396)	(1.912)	(10.983)	(150.226)	(166.749)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	18.151	50.849	15.702	57.252	209.680	351.634
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.09.2021					30.09.2020
	Imóveis	Imóvel – fábrica	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Total
Saldo no início do período	8.471	9.877	266.286	60.833	287	345.754
Adições (1)	-	-	-	24.101	524	24.625
Baixas (2)	-	-	-	(1.475)	-	(1.475)
Encargos	520	687	20.552	4.363	44	26.166
Pagamentos	(2.749)	(1.474)	(31.726)	(17.785)	(510)	(54.244)
Renegociações (3)	-	-	-	(1.863)	-	(1.863)
Variação cambial	-	451	12.220	-	-	12.671
Outros	-	-	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do período	6.242	9.541	267.332	68.174	345	351.634
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

(3) Em função da pandemia da COVID-19, a controlada indireta AMMO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão

do CPC 06 (R2), a controlada indireta AMMO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

Os efeitos no resultado em 30 de setembro de 2021 e 2020 são como segue:

Operações continuadas	30.09.2021						30.09.2020
	Imóveis	Imóvel – fábrica	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	2.749	1.474	31.726	17.785	510	54.244	43.643
PIS e COFINS recuperado	-	-	-	(1.645)	-	(1.645)	(801)
Renegociações	-	-	-	1.863	-	1.863	5.673
Amortização de direitos de uso	(2.233)	(964)	(2.962)	(14.528)	(466)	(21.153)	(18.996)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	-	1.265	-	1.265	589
Encargos, líquidos	(520)	(687)	(4.645)	(4.363)	(44)	(10.259)	(11.030)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	-	380	-	380	212
Baixas, líquidas	-	-	-	131	-	131	225
Subarrendamentos recebidos	-	-	(24.376)	-	-	(24.376)	(19.083)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(4)	(177)	(257)	888	-	450	432

## 18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

### a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	30.09.2021				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(100.057)	(91.519)	(14.843)	97.615	(108.804)
Equivalência patrimonial	97.350	-	-	(97.350)	-
Subvenção para investimentos	-	(30.527)	-	-	(30.527)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.500)	-	(1.500)
Outros	-	98	-	-	98
Base de cálculo dos impostos	(2.707)	(121.948)	(16.343)	265	(140.733)
Alíquota de 34%	921	41.462	5.558	(91)	47.850
Créditos fiscais não constituídos	(921)	(41.466)	(5.797)	91	(48.093)
Reversão de provisão de IR e CSLL diferido	-	9.182	-	-	9.182
Outros	-	(192)	-	-	(192)
Total dos impostos sobre o lucro	-	8.986	(239)	-	8.747
Operações continuadas					
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(196)	(239)	-	(435)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	9.182	-	-	9.182
	-	8.986	(239)	-	8.747

(1) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

	30.09.2020				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (2)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(302.606)	(167.393)	(70.381)	309.262	(231.118)
Equivalência patrimonial (1)	297.808	-	11.298	(297.808)	11.298
Subvenção para investimentos	-	(18.758)	-	-	(18.758)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.725)	-	(1.725)
Outros	-	428	-	-	428
	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(4.798)	(185.723)	(60.808)	11.454	(239.875)
Alíquota de 34%	1.631	63.146	20.675	(3.894)	81.558
Créditos fiscais não constituídos	(1.631)	(64.490)	(20.675)	3.894	(82.902)
Provisão para perdas de ativos fiscais	-	-	(69.707)	-	(69.707)
Outros	-	(204)	(233)	-	(437)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(1.548)	(69.940)	-	(71.488)
	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas					
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(208)	(233)	-	(441)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	(1.340)	(69.707)	-	(71.047)
	-----	-----	-----	-----	-----
	-	(1.548)	(69.940)	-	(71.488)
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 28 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

#### b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2020	Reconhecidos no:				Saldos em 30.09.2021
		Resultado	Patrimônio líquido	Variação cambial	Outros	
Ativo:						
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	388	-	-	-	(42)	346
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	-	16.783
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	(7.167)	-	-	-	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	16.059	-	-	750	-	16.809
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	421	-	-	-	128	549
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	-	1.905
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	42.723	(7.167)	-	750	86	36.392
Imposto diferido passivo:						
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(86.540)	-	-	-	-	(86.540)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(6.103)	-	-	660	-	(5.443)
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p) (*)	(16.349)	16.349	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquidos	(66.269)	9.182	-	1.410	86	(55.591)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	18.773	-	-	750	86	19.609
Total do passivo não circulante (soma de p)	(85.042)	9.182	-	660	-	(75.200)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) O Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral declarou a inconstitucionalidade dos encargos de IR e CSLL incidentes sobre os juros (SELIC) recebidos pelos contribuintes sobre restituição de tributos.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía R\$128.275 em prejuízos fiscais (R\$131.172 em 31 de dezembro de 2020) e R\$128.276 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$131.173 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

#### (1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.



Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2021	3.766	(3.766)	-
A partir de 2023	13.912	3.766	17.678
	-----	-----	-----
	17.678	-	17.678
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 30 de setembro de 2021, a controlada CSA possuía R\$1.091.015 em prejuízos fiscais (R\$1.003.472 em 31 de dezembro de 2020) e R\$1.097.188 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.009.600 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de setembro de 2021, a controlada indireta AMMO possuía R\$377.193 em prejuízos fiscais (R\$335.239 em 31 de dezembro de 2020) e R\$377.222 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$335.268 em 31 de dezembro de 2020).

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização	Total
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)	Montes Claros (9.3)	
Valor justo	306.715	45.034	53.776	405.525
Total do custo residual	(111.041)	(93)	(39.860)	(150.994)
	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	195.674	44.941	13.916	254.531
	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	66.529	15.280	4.731	86.540
	=====	=====	=====	=====

## (2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 30 de setembro de 2021, no valor de R\$16.809 (R\$16.059 em 31 de dezembro de 2020). A redução dos impostos diferidos no período de nove meses de 2021 deve-se ao impacto da variação cambial. A atualização das projeções considera as receitas e despesas da controlada SGUS para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 30 de setembro de 2021, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
2021	16.809 =====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2021 a 2034.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2021, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.273.880 em prejuízos fiscais (R\$1.213.899 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

#### c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	11.730	10.931
Imposto de renda e contribuição social antecipados	-	160	10.247	11.420
PIS e COFINS a recuperar (*)	-	-	80.029	128.769
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	-	-	8.814	4.354
IPTU a compensar	-	-	11.014	10.901
Outros impostos a recuperar	-	-	493	560
	-----	-----	-----	-----
	-	160	122.327	166.935
Circulante	-	(16)	(74.036)	(64.992)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	144	48.291	101.943
	=====	=====	=====	=====

(\*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS.

## 19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$41.343, R\$4.208 e R\$40.560 respectivamente (R\$27.204, R\$3.683 e R\$41.058 respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$7.244); (iv) estorno de

crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$4.547); e (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Processos fiscais:		
- Outros	114	110
Trabalhistas	8.956	9.542
Cíveis e outras	4.037	3.734
	-----	-----
Total	13.107	13.386
	=====	=====
Depósitos judiciais	10.311	10.691
	=====	=====

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.09.2021
Processos fiscais:					
Outras	110	6	(2)	-	114
Trabalhistas	9.542	1.183	(1.667)	(102)	8.956
Cíveis e outras	3.734	737	(310)	(124)	4.037
	-----	-----	-----	-----	-----
	13.386	1.926	(1.979)	(226)	13.107
	=====	=====	=====	=====	=====
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.09.2020
Processos fiscais:					
Outras	108	3	-	-	111
Trabalhistas	9.472	669	(2.270)	47	7.918
Cíveis e outras	3.351	193	(48)	89	3.585
	-----	-----	-----	-----	-----
	12.931	865	(2.318)	136	11.614
	=====	=====	=====	=====	=====

## 20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.392	1.100
Custo dos juros, líquido	2.062	3.018
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
Custo líquido do benefício	3.454	4.118
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão para plano de pensão	144.373	142.019
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.098	2.893
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
Total do plano de aposentadoria e benefícios	145.471	144.912
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
Circulante (a)	(13.825)	(13.209)
	<u>-----</u>	<u>-----</u>
Não circulante	131.646	131.703
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2020 e 30 de setembro de 2021.

### b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

### c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

### d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

### e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

## 22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	15.596	7.088
	-----	-----	-----	-----
	-	-	15.596	7.088
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	89.442	51.622	-	-
Coteminas International Ltd.	5.182	5.681	726	-
Sucursal Argentina	23	20	-	-
Santanense Argentina	48	50	-	-
Companhia Tecidos Santanense	18.860	12.968	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	646	-
	-----	-----	-----	-----
	113.555	70.341	1.372	-
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros receita (despesa)	
	30.09.2021	30.09.2020
Controladora:		
Coteminas S.A.	(875)	(1.604)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	(3)	(1)
	-----	-----
	(878)	(1.605)
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	9.240	7.776
Companhia Tecidos Santanense	1.044	1.745
Coteminas International Ltd.	(54)	69
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(19)	(1)
	-----	-----
	10.211	9.589
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 30 de setembro de 2021, o valor de R\$6.605 estava contabilizado, sendo R\$2.936 na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$3.380 em 31 de dezembro de 2020) e R\$3.669 na rubrica “Outros” no ativo não circulante (R\$5.871 em 31 de dezembro de 2020), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No período de nove meses de 2021, foi apropriado o valor de R\$2.646 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$3.418 no mesmo período de 2020).

No período de nove meses de 2021, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense, empresa ligada, no valor de R\$48.331 (R\$23.018 no mesmo período de 2020). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5.

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. No período de nove meses de 2021, foi apropriado como despesa de aluguel, o valor de R\$3.342 (R\$2.862 no mesmo período de 2020).

Em 30 de setembro de 2021, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$20.197 (R\$15.792 em 31 de dezembro de 2020), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, recebidos da Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Conselheiros	(792)	(685)	(792)	(1.081)
Diretores estatutários	-	-	(1.579)	(1.610)
Outros diretores	-	-	(6.839)	(5.625)
	-----	-----	-----	-----
	(792)	(685)	(9.210)	(8.316)
	=====	=====	=====	=====

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
<b>ATIVOS FINANCEIROS--</b>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	93	332	179.661	168.793
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	85.051	16.311
Duplicatas a receber	-	-	468.154	509.086
Valores retidos	-	-	-	20.787
Outros créditos a receber	1.052	964	28.923	29.017
Títulos e valores mobiliários (nc)	1.712	1.671	7.592	1.671
Valores a receber – clientes	-	-	18.135	25.171
Partes relacionadas	-	-	113.555	70.341
Depósitos judiciais	-	-	10.311	10.691
Outros	-	-	55.935	74.335
<b>PASSIVOS FINANCEIROS--</b>				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	12.162	19.387	505.886	522.536
Debêntures (c)	-	-	16.562	91.085
Fornecedores	15	22	247.004	206.097
Concessões governamentais (c)	-	-	31.309	27.658
Outras contas a pagar	-	-	101.717	50.634
Empréstimos e financiamentos (nc)	19.846	18.685	322.905	355.577
Debêntures (nc)	-	-	141.504	-
Partes relacionadas	15.596	7.088	1.372	-
Concessões governamentais (nc)	-	-	62.725	53.210
Outras obrigações	-	-	93.264	43.722

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto. No período de nove meses de 2021, a Companhia registrou um ganho de R\$1.269.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.



d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

30.09.2021				
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG
	Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$			
Investimentos no exterior:				
Coteminas Argentina	97.202	1.764.482	-	-
LAT Capital	13.613	-	2.503	-
Têxtil Guarani	4.179	-	-	5.301.954
SGUS	388.310	-	71.388	-
	-----	-----	-----	-----
	503.304	1.764.482	73.891	5.301.954
				34.127
Partes relacionadas:				
LAT Capital	(130.673)	-	(24.023)	-
SGUS	(265.410)	-	(48.794)	-
	-----	-----	-----	-----
	(396.083)	-	(72.817)	-
				(16.849)
Total de investimentos líquidos	107.221	1.764.482	1.074	5.301.954
	=====	=====	=====	=====
31.12.2020				
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG
	Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$			
Investimentos no exterior:				
Coteminas Argentina	62.850	1.017.728	-	-
LAT Capital	13.175	-	2.535	-
Têxtil Guarani	4.449	-	-	5.943.094
SGUS	385.394	-	74.161	-
	-----	-----	-----	-----
	465.868	1.017.728	76.696	5.943.094
				132.573
Partes relacionadas:				
LAT Capital	(115.329)	-	(22.193)	-
SGUS	(256.291)	-	(49.318)	-
	-----	-----	-----	-----
	(371.620)	-	(71.511)	-
				(88.541)
Total de investimentos líquidos	94.248	1.017.728	5.185	5.943.094
	=====	=====	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	-	62
Duplicatas a receber	21.785	22.038
Fornecedores	(8.026)	(10.467)
Empréstimos e financiamentos	(45.576)	(58.349)
Partes relacionadas	(726)	2.405
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(32.543)	(44.311)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(5.983)	(8.527)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de setembro de 2021 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Alta do Dólar	(5.983)	(467)	(8.719)	(16.972)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica "Despesas financeiras – juros sobre empréstimos". Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	137.500	520	(1.473)	136.547	163.068
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	137.500	520	(1.472)	136.548	163.068
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2022	22.500	158	-	22.658	55.875
Contrato de empréstimo -- Juros: 191,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	55.000	397	(929)	54.468	-
(referência à nota explicativa nº 13)				350.221	382.011
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: setembro/2021	-	-	-	-	6.729
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	-	-	-	-	1.485
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	-	-	-	-	3.258
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	2.667	2	-	2.669	3.001

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2024	10.000	13	-	10.013	10.008
(referência à nota explicativa nº 13)				12.682	24.481
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	11.736	58	-	11.794	13.670
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	33	-	6.515	7.550
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	33	-	6.515	7.550
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	33	-	6.515	7.550
(referência à nota explicativa nº 13)				31.339	36.320
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	14.809	647	-	15.456	17.543
(referência à nota explicativa nº 13)				15.456	17.543
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	9.319	164	-	9.483	12.988
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	10.126	178	-	10.304	12.831
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2022	6.178	40	-	6.218	11.174
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024	8.612	42	-	8.654	10.037
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2023	12.002	-	-	12.002	-
(referência à nota explicativa nº 13)				46.661	47.030

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,5% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2021	5.785	-	-	5.785	32.012
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: dezembro/2021	5.784	32	-	5.816	23.216
(referência à nota explicativa nº 13)				11.601	55.228
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	40.000	399	-	40.399	40.003
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	4.000	37	-	4.037	4.029
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	8.810	21	-	8.831	10.022
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2021	10.000	9	-	10.009	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	5.000	42	-	5.042	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	5.041	31	-	5.072	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: dezembro/2021	5.000	46	-	5.046	-
(referência à nota explicativa nº 13)				78.436	54.054
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2022	11.667	54	-	11.721	20.075
(referência à nota explicativa nº 13)				11.721	20.075
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2022	10.000	93	-	10.093	10.073

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	74	-	10.074	10.058
(referência à nota explicativa nº 13)				20.167	20.131
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal – CCB Vencimento: abril/2023	12.865	27	-	12.892	18.971
(referência à nota explicativa nº 13)				12.892	18.971
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2021	-	-	-	-	504
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022	4.000	15	-	4.015	6.417
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2021	1.111	2	-	1.113	5.005
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: abril/2022	7.778	73	-	7.851	-
(referência à nota explicativa nº 13)				12.979	11.926
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: março/2021	-	-	-	-	1.255
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2021	2.222	3	-	2.225	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: julho/2022	13.637	6	-	13.643	-
(referência à nota explicativa nº 13)				15.868	1.255
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2024	10.000	7	-	10.007	10.003
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,0% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: novembro/2021	30.000	21	-	30.021	-
(referência à nota explicativa nº 13)				40.028	10.003

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 4,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: agosto/2021	-	-	-	-	91.085
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 8,0 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	157.333	3.348	(2.615)	158.066	-
(referência à nota explicativa nº 14)				158.066	91.085
	817.428	7.178	(6.489)	818.117	790.113
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2021, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Alta da taxa	721.861	15.553	19.616	22.556
2022	Alta da taxa	464.006	49.255	62.923	72.169
2023	Alta da taxa	312.085	44.505	65.364	78.057
2024	Alta da taxa	125.320	18.387	13.400	14.238
2025	Alta da taxa	98.000	15.064	10.945	11.624
2026	Alta da taxa	82.000	12.572	9.135	9.701
2027	Alta da taxa	66.000	10.126	7.357	7.813
2028	Alta da taxa	50.000	7.755	5.635	5.984
2029	Alta da taxa	34.000	5.222	3.794	4.030
2030	Alta da taxa	18.000	2.763	2.007	2.132
2031	Alta da taxa	5.333	474	344	365
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

**d.6 - Risco de crédito**—A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2021, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	828.791	878.113
Debêntures	158.066	91.085
Arrendamentos a pagar	351.634	345.754
Caixa e equivalentes de caixa	(179.661)	(168.793)
Títulos e valores mobiliários	(92.643)	(17.982)
	-----	-----
Total da dívida líquida	1.066.187	1.128.177
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.022.991	1.105.748
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	2.089.178	2.233.925
	=====	=====

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.



As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	30.09.2021 (operações continuadas)			
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	907,3	361,7	-	1.269,0
Custo dos produtos vendidos	(642,0)	(166,7)	-	(808,7)
Lucro bruto	265,3	195,0		460,3
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(186,0)	(170,0)	(15,6)	(371,6)
Outros	(9,5)	(1,6)	(0,7)	(11,8)
Resultado das operações	69,8	23,4	(16,3)	76,9
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(182,3)	(182,3)
Variação cambial	-	-	(3,4)	(3,4)
Resultado antes dos impostos	69,8	23,4	(202,0)	(108,8)
Depreciação e amortização	49,7	21,8	3,6	75,1
	=====	=====	=====	=====
	30.09.2020 (operações continuadas)			
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	707,9	297,6	-	1.005,5
Custo dos produtos vendidos	(524,7)	(145,5)	-	(670,2)
Lucro bruto	183,2	152,1	-	335,3
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(167,3)	(150,0)	(7,7)	(325,0)
Outros	(14,9)	1,9	3,2	(9,8)
Resultado das operações	1,0	4,0	(4,5)	0,5
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(147,2)	(147,2)
Variação cambial	-	-	(30,1)	(30,1)
Resultado antes dos impostos	1,0	4,0	(181,8)	(176,8)
Depreciação e amortização	47,3	19,2	3,5	70,0
	=====	=====	=====	=====

(\*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações continuadas da controlada SGUS.  
A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	725,3	534,5
Produtos intermediários	182,0	173,4
Varejo	361,7	297,6
	-----	-----
	1.269,0	1.005,5
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	15,6	13,7
Produtos intermediários	13,7	16,7
	-----	-----
	29,3	30,4
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 30 de setembro de 2021.

## 25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(884.277)	(689.599)
Remuneração e benefícios a empregados	(264.993)	(231.225)
INSS	(31.269)	(25.506)
Depreciação e amortização	(75.060)	(69.995)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	75.270	21.140
	-----	-----
Total por natureza	(1.180.329)	(995.185)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Custo dos produtos vendidos	(808.715)	(670.169)
Vendas	(273.022)	(235.436)
Gerais e administrativas	(89.382)	(81.264)
Honorários da administração	(9.210)	(8.316)
	-----	-----
Total por função	(1.180.329)	(995.185)
	=====	=====

## 26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	1.782.031	1.339.633
Deduções das receitas	(513.064)	(334.130)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.268.967	1.005.503
	=====	=====

## 27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	30.09.2021	30.09.2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(100.057)	(248.372)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(54.234)
	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(100.057)	(302.606)
Número médio ponderado das ações ordinárias	50.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	(2,0011)	(4,9674)
Das operações descontinuadas	-	(1,0847)
	-----	-----
Total	(2,0011)	(6,0521)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

## 28. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme informado na nota explicativa nº 8.b as demonstrações intermediárias, no 4º trimestre de 2020 a controlada SGUS disponibilizou para venda seu investimento na coligada Keeco Holdings, LLC.

Desta forma, nos termos do CPC 31 e da IFRS 5, os resultados reflexos das operações desta coligada foram apresentados como “Operações descontinuadas” nas demonstrações do resultado para o período findo em 30 de setembro de 2020, bem como os ativos das referidas operações estão apresentados no balanço patrimonial como “Ativos mantidos para venda”. As demonstrações do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referente ao período findo em 30 de setembro de 2020, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação, considerando as operações descontinuadas.

O saldo das operações descontinuadas em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>30.09.2021</u>
ATIVOS			
NÃO CIRCULANTE:			
Investimentos	35.151	1.642	36.793
Intangível	88.567	4.136	92.703
	-----	-----	-----
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	123.718	5.778	129.496
	=====	=====	=====

A controlada SGUS não espera perdas na realização do investimento.

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, está apresentado a seguir.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>
DESPESAS OPERACIONAIS:				
Equivalência patrimonial	-	(54.234)	-	(11.298)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	(42.936)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL	-	(54.234)	-	(54.234)
	-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(54.234)	-	(54.234)
	=====	=====	=====	=====

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:				
Resultado das operações	-	(54.234)	-	(54.234)
Equivalência patrimonial	-	54.234	-	11.298
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	42.936
	-----	-----	-----	-----
Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

## 29. OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES – AMMO VAREJO S.A.

Em 28 de julho de 2021, foi apresentado pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A., pedido de registro de companhia aberta, assim como da oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”) e demais disposições legais aplicáveis, sob a coordenação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, incluindo esforços de colocação das ações no exterior com a observância da regulamentação estrangeira aplicável (“Oferta”).

A Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da AMMO realizada em 27 de julho de 2021, na qual também foi aprovada a submissão do pedido de adesão da AMMO ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Será oportunamente fixada, no âmbito da Oferta, a quantidade e preço das ações objeto da Oferta, incluindo o volume de ações a serem vendidas pela controlada CSA na Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, a ser realizado no Brasil e no exterior, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (bookbuilding).

A Oferta está sujeita a condições usualmente aplicadas a operações dessa natureza, incluindo a concessão dos registros pertinentes pela CVM, condições de mercado e aprovações societárias da AMMO e da CSA., na qualidade de acionista vendedora.

\* \* \* \* \*